

A GEOESTRATÉGIA ESTADUNIDENSE EM
TEMPOS DE CRISE DE HEGEMONIA
DA CONTENÇÃO GEOPOLÍTICA AO
DESACOPLAMENTO GEOECONÔMICO

João Paulo Rabello de Castro Centelhas*

Resumo: A debilitação da centralidade estadunidense na dinâmica capitalista mundial tem suscitado uma nova política geoestratégica dos Estados Unidos na tentativa de assegurar a manutenção de sua hegemonia em determinadas regiões mundiais. O presente trabalho buscou identificar e demonstrar as novas práticas estratégicas dos EUA diante de suas adversidades geoeconômicas, militares e tecnológicas contemporâneas. Neste bojo, a guerra russo-ucraniana ganha destaque como objeto paradigmático dessa “nova” política geoestratégica estadunidense no sistema mundial, pois a partir dela duas dinâmicas tornam-se manifestas: o desacoplamento geoeconômico seletivo e progressivo entre o Ocidente e o bloco russo-chinês-iraniano; e a intensificação da contenção geopolítica-militar posicionada em diferentes *fronts* do *rimland* euroasiático. A pesquisa foi conduzida com base em uma análise crítico-realista das políticas exteriores ocidentais na gênese e no desenvolvimento da guerra russo-ucraniana, bem como dos estudos estratégicos produzidos por *think tanks* encomendados pelo Departamento de Defesa dos EUA, dos planos e relatórios plurianuais de defesa e dissuasão nuclear norte-americanos e de demais referências bibliográficas especializadas no tema em tela.

Palavras-chave: geoestratégia; Estados Unidos; Ucrânia; desacoplamento geoeconômico; contenção geopolítica.

US GEOSTRATEGY IN TIMES OF HEGEMONY CRISIS
FROM GEOPOLITICAL CONTAINMENT
TO GEOECONOMIC DECOUPLING

Abstract: The weakening of U.S. centrality in the global capitalist dynamics has prompted the adoption of a new geostrategic approach by the United States, aimed at preserving its hegemony across key regions of the world. This study seeks to identify and analyze the new strategic practices of the U.S. are in response to its geoeconomic, military, and technological challenges in the contemporary world. In this context, The Russo-Ukrainian war stands out as a paradigmatic example of this “new” U.S. geostrategic posture in the global system, as it illustrates two central dynamics: the selective and progressive geoeconomic decoupling between the West and the Russo-Chinese-Iranian bloc, and the intensification of geopolitical-military containment across different fronts of the Eurasian rimland. Consequently, the research adopts a critical-realist analytical framework to examine Western foreign policies in the genesis and development of the Russo-Ukrainian war, strategic studies from think tanks commissioned by the U.S. Department of Defense, the U.S. defense and nuclear deterrence multi-annual plans and reports, and other specialized bibliographic references on the subject matter.

Keywords: geostrategy; United States; Ukraine; geoeconomic decoupling; geopolitical containment.

* Doutor em Geografia Humana (USP). Professor Adjunto do Curso de Geografia da UESPI.

1 INTRODUÇÃO

A debilitação da centralidade estadunidense na dinâmica capitalista global tem estimulado certa inflexão na política exterior do país rumo a um progressivo constrangimento institucional sobre a livre localização dos capitais produtivos e sobre a circulação de fluxos de investimento estrangeiro. Essa ruptura com os preceitos da globalização neoliberal tem como principal fundamento a crescente importância que a economia chinesa assume nas redes globais de produção, e, portanto, a ameaça que ela oferece à extensão de mercado do sistema produtivo estadunidense, à posição dos EUA na vanguarda tecnológica e às condições materiais que o país dispõe no exercício do seu poder global.

Além da potência industrial-tecnológica chinesa como fator disruptivo da unipolaridade do sistema internacional, outros componentes de grande importância estratégica contribuem para o avanço da multipolaridade: a vanguarda russa na tecnologia de mísseis balísticos hipersônicos com capacidade nuclear (Cohn *et al.*, 2019; Santacroce, 2023); e a crescente desdolarização das transações internacionais entre países integrantes dos BRICS, da UEEA (União Econômica Euroasiática), da ASEAN (Associação das Nações do Sudeste Asiático), da RCEP (Parceria Regional Econômica Abrangente), entre outros blocos.

Considerando que esses fatos compõem um cenário extremamente adverso à continuidade da hegemonia global estadunidense, coloca-se a questão central deste estudo: como a prática estratégica dos EUA tem sido aplicada em face aos desafios apontados?

A partir da sistematização de uma gama variada de dados primários e secundários, o presente trabalho demonstra a existência de uma ordem de coerência geoestratégica que se manifesta em duas políticas interdependentes: o desacoplamento geoeconômico seletivo e progressivo; e a contenção geopolítica-militar do bloco russo-chinês-iraniano. Ambos os artifícios geoestratégicos caminham no sentido de salvaguardar a “extensão de mercado” dos capitais produtivos estadunidenses e a hegemonia dos EUA em determinadas regiões mundiais (em especial, no Hemisfério Ocidental).

Além disso, a partir da análise dos acontecimentos particulares à política exterior dos EUA vinculados à gênese e ao desenvolvimento da guerra

russo-ucraniana e, também, a partir da análise de estudos estratégicos produzidos por *think tanks* contratados pelo Departamento de Defesa dos EUA, a presente pesquisa verificou que o uso de tensionamentos regionais e o estímulo a conflitos armados têm sido parte de um repertório utilizado com vistas a catalisar o desacoplamento geoeconômico entre o Ocidente e o bloco russo-chinês-iraniano e, por consequência, a neutralizar a integração euroasiática.

2 A INCITAÇÃO DA GUERRA RUSSO-UCRANIANA

Após o fim da URSS, as aproximações diplomáticas entre Ucrânia e União Europeia ganham maior intensidade a partir do governo de Viktor Yushchenko (2005-2010). Ao longo desse período, um forte conjunto de práticas, acordos e narrativas são operados no sentido de fomentar uma identificação pró-Europa Ocidental entre a população ucraniana e afastar a influência russa. O antagonismo entre ucranianos russófonos e ucranianos pró-Ocidente foi ganhando intensificação nesse período. Em 2010, Viktor Yanukovytsch é eleito presidente da Ucrânia, retomando a política exterior de aproximação com a Rússia e arrefecendo o estreitamento das relações com o Ocidente, sobretudo após a sua negativa em assinar o *Acordo de Associação Ucrânia-União Europeia*, em novembro de 2013, que obrigava o país a estabelecer algumas reformas de caráter neoliberal. A posição de Yanukovytsch não foi aceita por facções políticas pró-União Europeia, o que recrudesceu ainda mais o antagonismo presente no país, levando grupos organizados e partidos políticos de extrema-direita, como Pravy Sektor, Partido Svoboda e Partido Terra-Pátria, a mobilizar manifestações antigoverno e atos de vandalismo, guerrilha, invasão de prédios públicos, ataques a postos policiais, provocações a forças policiais em manifestações políticas, atos terroristas contra manifestantes, entre outros (Fernandes, 2022; Plekhanov, 2015; Pereira, 2014). Ao longo dos eventos envolvendo a rebelião e a deposição de Viktor Yanukovytsch, toda a grande mídia ocidental deu forte apoio aos manifestantes liderados por forças da oposição, representando-os como “revolucionários” ante à influência do Estado russo, e, por consequência, ratificou o golpe de Estado sofrido por Yanukovytsch, e assim também fizeram as autoridades nacionais do Ocidente. Os detalhes sobre a participação e a importância de atores do alto escalão

de governo dos EUA na dinâmica de rebelião e deposição ao governo de Viktor Yanukovytych pode ser verificada nos trabalhos de Fernandes (2022), Plekhanov (2015) e Pereira (2014).

Esse é o primeiro ponto para se contextualizar o cenário político na Ucrânia pós-golpe de 2014 e como o país desde então converteu-se a uma política exterior aliada aos interesses estadunidenses, fomentando uma acirrada disputa territorial entre atores geopolíticos globais.

Muitas evidências sugerem uma ordem de coerência entre práticas, discursos e ações das lideranças ocidentais na direção deliberada de provocar um conflito armado entre Rússia e Ucrânia. A primeira delas é a revelação da ex-Chanceler da Alemanha, Angela Merkel, ao jornal alemão *Die Zeit*, numa entrevista publicada em 7 de dezembro de 2022, na qual afirmou que “Os Acordos de Minsk de 2014 foram uma tentativa de dar tempo à Ucrânia. Eles usaram esse tempo para ficarem mais fortes, como você pode ver hoje. A Ucrânia de 2014 e 2015 não é a Ucrânia de hoje”. Além da declaração de Merkel, François Hollande, presidente da França entre 2012 e 2017, concedeu uma entrevista ao jornal “*The Kyiv Independent*”, em 28 de dezembro de 2022 (Prouvost, 2022), na qual foi indagado se concordava com a afirmação de Merkel de que as negociações dos Acordos de Minsk (2014 e 2015) objetivavam apenas conquistar um “tempo precioso” à Ucrânia. Hollande não hesitou em defender as afirmações de Merkel. É importante lembrar que ambos atuaram como mediadores nas negociações dos referidos acordos.

Segundo Fiori (2023), em artigo publicado um ano após o início da guerra na Ucrânia, as declarações de Merkel e Hollande representam uma linha de coerência com as ações dos governos estadunidense e britânico:

Declarações inteiramente coerentes com o comportamento dos Estados Unidos, que boicotaram as negociações de paz entre russos e ucranianos, realizadas na fronteira da Bielorrússia, em 28 de fevereiro de 2022, cinco dias depois de iniciada a operação militar russa no território ucraniano. E da Inglaterra que boicotou diretamente a negociação de paz iniciada em Istambul, no dia 29 de março de 2022, e que foi interrompida pela intervenção pessoal do primeiro-ministro inglês, realizada numa visita-surpresa de Boris Johnson a Kiev feita no dia 9 de abril de 2022.

O Departamento de Estado dos EUA, mediante o Bureau of Political-Military Affairs, publicou uma ficha técnica intitulada “*U.S. Security Cooperation with Ukraine*” (em 7 de julho de 2023), na qual afirma que, desde 2014 até o início da guerra, os EUA já teriam fornecido um montante de 44,1 bilhões de dólares em armamentos e qualificação às forças armadas da Ucrânia, sendo que, desse total, 42 bilhões foram enviados a partir de janeiro de 2021 (U.S. Department of State, 2023).

Soma-se a esses fatos a diplomacia beligerante de Volodymyr Zelensky nas semanas anteriores ao início da guerra: na 58^a Conferência de Segurança de Munique, em 19 de fevereiro de 2022, Zelensky afirmou que os Memorandos de Budapeste de 1994 não serviam mais à garantia de segurança da Ucrânia. Os Memorandos definiam a Ucrânia como um país não nuclear, o que resultou na eliminação e na concessão de seus armamentos nucleares desde então. Além disso, foi noticiado por diversas mídias não alinhadas ao oligopólio financeiro ocidental como, também, por testemunhas oculares e pelo Ministério das Relações Exteriores da Rússia um aumento expressivo de bombardeios no Donbass desde o dia 16 de fevereiro de 2022. Embora este último fato seja objeto de controvérsia entre as partes, a conduta de Zelensky, desde sua eleição e especialmente nas semanas anteriores ao início da guerra, caminhou no sentido de acirrar o antagonismo e as tensões com a Rússia, o que demonstra não só a segurança em um apoio indireto do Ocidente, como também a ausência de uma postura diplomática em salvaguardar a Ucrânia do provável desastre da guerra com um país fronteiriço notoriamente superior em matéria de capacidades militares, territoriais e demográficas.

A negligência dos principais atores internacionais ocidentais para se estabelecer uma resolutiva pacífica entre as partes torna-se ainda mais explícita ao se constatar o fato, informado por Carmona (2022, p. 92), de que o governo russo, em 17 de dezembro de 2021, propôs um acordo entre a Federação Russa e os Estados membros da OTAN para preservar seus interesses de segurança em seu entorno imediato. O acordo propunha a neutralidade militar da Ucrânia e a não concentração de mísseis nas fronteiras russas. A proposta foi ignorada por representantes de Washington e Bruxelas.

Esse cenário de elementos em curso tem sua relevância como contexto às tomadas de decisão dos principais atores envolvidos. Uma pesquisa de primeira ordem realizada por Geoffrey Roberts (2022), “*Now or never*”:

the immediate origins of Putin's Preventative War on Ukraine”, analisou todos os registros das falas e enunciações de Putin, bem como suas ações, concluindo que a decisão de invadir a Ucrânia foi pautada em um cálculo estratégico de longo prazo em razão das ameaças objetivas oferecidas por um possível armamento nuclear da Ucrânia articulada à geopolítica da OTAN. Seguindo esse raciocínio de Putin, segundo Roberts (2022, p. 4), quanto mais se retarda o início da guerra, maior seria o perigo e o custo para a Rússia, o que, em certa medida, era corroborado pelas evidências acima de que um amplo arsenal de equipamentos militares vinha sendo consolidado na Ucrânia desde 2014, e mais intensamente a partir de 2021.

A posição tomada por Putin já era previsível pela burocracia estadunidense. Prova disso foi o documento confidencial (vazado pelo Wikileaks) elaborado pelo então embaixador dos EUA em Moscou, William Burns (2008), diretor da CIA no governo de Joe Biden (2021-2025), chamado “*Nyet means nyet: Russia's Nato enlargement red lines*”, no qual afirma que a possibilidade da anexação da Ucrânia à OTAN muito provavelmente poderia despertar uma intervenção russa, e que havia temores na Ucrânia de que o país pudesse vir a ser dividido.

Um estudo que não pode passar despercebido na compreensão desse cenário chama-se “*Extending Russia: competing from advantageous ground*” (Dobbins *et al.*, 2019), elaborado pela RAND Corporation (2023), o maior “think tank” dos Estados Unidos, com um orçamento anual próximo a 400 milhões de dólares e mais de 1.900 experts dedicados à elaboração de estudos estratégicos encomendados pelo Departamento de Defesa dos EUA. O referido estudo é claro em seu objetivo: “examinar uma série de meios possíveis para *estender* a Rússia. Com isso, queremos dizer medidas não violentas que possam prejudicar as forças armadas ou a economia da Rússia ou a posição política do regime em casa e no exterior” (Dobbins *et al.*, 2019, p. 3).

Nesse sentido, o estudo elabora proposições de ação em quatro dimensões: econômica, geopolítica, ideológico-informacional e militar (esta última dividida em seus clássicos setores, aéreo-espacial, marítimo e terrestre). Na dimensão econômica, sugere impedir as exportações de petróleo russo, a redução das exportações de gás, impedir expansões de gasodutos (Nord Stream 2), impor sanções e estimular a “fuga de cérebros” da Rússia para o Ocidente. Na dimensão geopolítica, as seguintes medidas são recomendadas: prover

armamentos à Ucrânia (política levada a efeito desde 2014), ampliar o suporte a “rebeldes” sírios, promover mudança de regime na Bielorrússia, explorar tensões no sul do Cáucaso, reduzir a influência russa na Ásia Central e desafiar a presença russa em Moldova (Transnístria). Na dimensão ideológico-informacional, sugere descredibilizar a imagem da Rússia e do governo Putin, tanto no cenário internacional quanto no contexto doméstico. Na dimensão estratégico-militar, sugere, dentre diversas medidas, a retirada dos EUA do Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário (Tratado INF, 1987), que proibia mísseis lançados por terra com alcance entre 500 km e 5.500 km, decisão levada a efeito no governo Trump, ainda em 2019. É significativa a correspondência entre as medidas propostas no estudo e as medidas executadas pelos governos de Trump e Biden.

Por conseguinte, esses elementos e evidências ganham uma conotação ainda mais significativa quando posicionados nos quadros estruturais de reorganização geopolítica, geoeconômica e geoestratégica em nível mundial. Desde o colapso da União Soviética, a célebre promessa do secretário de Estado dos Estados Unidos, James Baker, a Mikhail Gorbatchev, de que a OTAN não avançaria em direção ao Leste europeu após a dissolução do Pacto de Varsóvia, foi sistematicamente descumprida, concretizando-se em cinco ondas de expansão da aliança atlântica. A posição da burocracia russa a respeito da expansão dos sistemas militares da OTAN em países circunvizinhos ao seu território tem sido amplamente manifesta em instâncias internacionais de discussão ao longo das últimas duas décadas, especialmente nas Conferências de Segurança de Munique. Na perspectiva russa, a expansão dos sistemas militares da OTAN ganha um aspecto ainda mais ameaçador a partir do momento em que a política nuclear dos EUA começa a sofrer uma mudança de paradigma, iniciada em 2002, no governo de George W. Bush.

3 DEFESA E DISSUAÇÃO NUCLEAR NO SÉCULO XXI

Ao longo da Guerra Fria, o equilíbrio de forças entre Estados Unidos e União Soviética no âmbito da defesa e da dissuasão nuclear permitiu a consolidação da doutrina da “Destruição Mútua Assegurada” (MAD – *Mutually Assured Destruction*). Esta doutrina estabelece que, em um cenário de guerra entre duas potências nucleares, o primeiro ataque nuclear de qualquer uma das

partes envolvidas seria falho em desarmar as capacidades de retaliação do oponente, tornando ambas as partes vulneráveis a uma possível reação, o que, por sua vez, asseguraria o conceito de que uma guerra nuclear jamais pode ser vencida. Tal estatuto lógico desabilitaria, por silogismo, qualquer animosidade nessa direção. A conservação desse paradigma nuclear foi inclusive objetivo de diversos acordos entre URSS e EUA, como o Tratado Antibalístico Intercontinental (1972) e o Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário (1987).

Não obstante, esse paradigma foi substituído pela “Doutrina do Ataque Nuclear Preventivo” (*Preemptive Nuclear Strike/War* e *First Strike Theory*), fruto de uma reorientação da política nuclear realizada a partir do governo de George W. Bush (Mueller *et al.*, 2006). Essa nova postura é manifesta em três documentos oficiais estratégicos publicados entre os anos de 2001 e 2002: o “*Quadrennial Defense Review*”, produzido pelo Departamento de Defesa dos EUA; o “*National Security Strategy*” (NSS), elaborado pelo National Security Council; e o “*Nuclear Posture Review*”, documento produzido pelo Departamento de Defesa dos EUA, mas nunca inteiramente publicado; apenas fragmentos vazados em razão de ser um documento classificado. A doutrina arroga a viabilidade da destruição da capacidade de resposta do inimigo mediante um “ataque nuclear preventivo” (massivo e simultâneo), e, mesmo considerando a hipótese de uma retaliação, teoricamente esta seria suscetível à interceptação por sistemas integrados de defesa antiaérea.

Tal elaboração é reflexo de vários componentes do contexto tecnológico e geopolítico à época. O ataque às torres Gêmeas, em 11 de setembro de 2001, gerou forte impacto na opinião pública estadunidense e abriu espaço na burocracia dos EUA para a invocação de uma política externa mais interventiva, na salvaguarda da supremacia norte-americana, que até então gozava de ampla vigência. Além disso, o grau de desenvolvimento dos sistemas de mísseis e antimísseis encontrava-se, formalmente, congelado pelos tratados nucleares e balísticos assinados entre EUA e URSS/Rússia nas décadas de 70, 80 e 90, o que era lido como uma janela de oportunidade pelo Departamento de Defesa, pois a possibilidade do engajamento técnico-científico dos EUA nesse campo, em tese, posicionaria o país a uma condição de superioridade no âmbito dos sistemas de ataque e defesa nuclear, degradando o equilíbrio

nuclear estratégico com a Rússia e permitindo virtualmente a subsunção do Heartland aos desígnios imperiais do Ocidente.

Em 13 de junho de 2002, Bush unilateralmente retira os EUA do Tratado Antibalístico Intercontinental. O tratado foi assinado entre Estados Unidos e União Soviética, em 1972, visando a impor dispositivos jurídicos internacionais que freassem a corrida armamentista nuclear, proibindo a sofisticação de sistemas de defesa antiaéreos para mísseis intercontinentais. A retirada dos EUA representou um forte sinal negativo ao Estado russo, pois a manutenção de um equilíbrio estratégico na esfera nuclear não seria mais respeitada pelo lado estadunidense. Alexei Arbatov, vice-presidente do Comitê de Defesa da Câmara Baixa da Legislatura da Rússia, no ano de 2002, afirmou que a saída dos EUA do Tratado Antibalístico era “um evento extremamente negativo de escala histórica” (Boese, 2002). Associada à contínua expansão da OTAN, a mudança da postura nuclear estadunidense obrigou a reorientação da estratégia de defesa russa. A estratégia A2/AD (Anti-Acess/Area Denial) seria a principal representante dessa reorientação da dissuasão russa, cujo investimento se concentrou sobretudo no desenvolvimento de mísseis balísticos e antimísseis de curto, médio e longo alcances. Tal feito criava uma forte adversidade operacional às ameaças que se aproximavam territorialmente de oeste para leste.

Em 2019, o governo Trump decide unilateralmente abandonar o Tratado de Forças Nucleares de Alcance Intermediário (1987), sob a alegação de que os russos já estavam fabricando mísseis de médio alcance. Essa alegação é procedente, visto que a tecnologia de lançamento e operação de mísseis balísticos e antimísseis russa apresenta um patamar de sofisticação e efetividade em vasta medida superior aos sistemas estadunidenses (Cohn *et al.*, 2019; Santacroce, 2023). A transgressão russa ao Tratado INF acompanhou a postura nuclear dos EUA assumida a partir de 2002 e da contínua expansão das bases e sistemas militares da OTAN na circunvizinhança continental russa. Sob o ponto de vista tático, quanto mais próxima é a base de ataque ao alvo, menor é o tempo de resposta para os sistemas de defesa antiaérea. Esta era uma das principais questões que alimentavam as reiteradas demandas por segurança da Rússia.

O posicionamento de sistemas militares da OTAN em marcha para leste não é, sob o ponto de vista da Geopolítica Clássica, um fenômeno estranho.

Muito pelo contrário: a elaboração de “estratégias de contenção” ao “Hearland” já possui mais de um século de existência, sendo década a década revisitada, reelaborada em termos de política exterior britânica e estadunidense, de modo que a expansão da atual presença militar estadunidense na Europa, no Oriente Médio ou no Indo-Pacífico representa em parte a continuidade do mesmo propósito estratégico de outrora, isto é, cercar, dividir e conter a ascensão de potências euroasiáticas.

À luz das teorias geopolíticas ao longo do século XX, observa-se, portanto, que não é de hoje que a intenção em oferecer obstáculos à articulação euroasiática foi um objetivo da geopolítica “atlanticista”, em especial, na obstaculização de uma parceria comercial e produtiva entre Rússia e Alemanha, temor já expresso desde as obras de Mackinder (2011).

Nos anos 1990, Zbigniew Brzezinski (2016), geoestrategista polaco-estadunidense e ex-conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos, é enfático ao afirmar que a ameaça à supremacia norte-americana emergiria dos principais atores estatais do “tabuleiro euroasiático”, e a continuidade da hegemonia estadunidense dependeria fundamentalmente do modo como o país exerceria sua prática geoestratégica e sua influência sobre tal região. O autor argumenta sobre a importância estratégica para o Ocidente em assegurar a separação e a independência da Ucrânia em relação à Federação Russa, tanto no sentido de conter e impossibilitar a ameaça do ressurgimento do poderio russo pós-URSS quanto também para inviabilizar uma possível “integração eurasiática” (Brzezinski, 2016, p. 112-113).

Entretanto, o contexto contemporâneo traz novos elementos em cena: a parceria estratégica russo-chinesa, a emergência da China como maior potência industrial do planeta e a superioridade dos mísseis balísticos hipersônicos russos sobre qualquer sistema de defesa antiaéreo no mundo. A objetividade de tais elementos impedem o êxito de duas vias estratégicas tradicionais à manutenção da hegemonia estadunidense: a supressão de rivais em ascensão pelo jugo militar; e a fragilização das capacidades produtivas do adversário pela lógica da livre concorrência de preços.

Logo, voltemos às questões iniciais desta pesquisa: por que os EUA se negaram a estabelecer acordos diplomáticos com a Rússia por um equilíbrio de segurança na Europa? Por que o estímulo a uma resposta armada russa seria taticamente interessante para a geoestratégia estadunidense? Para

Pierre-Emmanuel Thomann, “A estratégia dos Estados Unidos visa, portanto, a retardar a emergência do mundo multicêntrico que ameaça o legado unipolar do pós-Guerra Fria” (Thomann, 2018, s.p.). Em outro estudo, Alex Callinicos (2022, p. 48) afirma que “Washington está usando a Ucrânia para agrupar o bloco capitalista ocidental contra Pequim”.

Em Rodrigues (2023), é apresentada uma “Nova Geopolítica da Contenção”, referente à estratégia geopolítica dos EUA no século XXI, tendo por base a política exterior e a política de segurança nacional da administração de Joe Biden. O autor demonstra que os principais instrumentos geopolíticos de contenção à “ameaça chinesa” são os agrupamentos e as alianças político-militares como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o Diálogo Quadrilateral de Segurança (QUAD), a AUKUS (Austrália, Reino Unido e EUA), e, além dessas entidades de caráter diplomático-militar, o Quadro Econômico Indo-Pacífico para a Prosperidade (IPEF). Nesse sentido, a “Nova Geopolítica da Contenção” teria marcos de continuidade com a Geopolítica Clássica, no sentido de privilegiar as franjas marginais da Eurásia, seja pela intensificação da atuação da OTAN no Leste europeu, seja pela ativação de alianças como o QUAD, integrando Estados Unidos, Índia, Austrália e Japão, como forças militares de controle sobre o Indo-Pacífico e tamponamento à projeção do poder anfíbio chinês.

Segundo Rodrigues (2023, p. 171), tal estratégia tem por objetivo a “contenção do multilateralismo, da multipolaridade e da re-orientalização; busca refrear a globalização com características chinesas; interromper o Cinturão e a Rota da Seda; e descarrilhar a aliança russo-chinesa”.

4 OS PROVEITOS GEOECONÔMICOS DA GUERRA RUSSO-UCRANIANA

A análise apresentada por Michael Hudson (2022) traz argumentos convincentes quanto aos benefícios colhidos da operação, nomeada por ele de “cutucando o urso” (“*prodding the bear*”). Segundo o autor, o objetivo estratégico de incitar uma reação russa seria o embaraçamento da progressiva integração infraestrutural da Eurásia (ex. Rota da Seda, Nord Stream 2 etc.), conservando a maior parte do continente europeu como região de forte influência e controle estadunidense. Essa influência atenderia aos interesses econômicos de grupos oligárquicos, como o complexo industrial-militar (via

ampliação da demanda em gastos militares de países integrantes da OTAN, como a Ucrânia – via expansão fiscal dos Estados Unidos), o complexo das multinacionais de petróleo e gás (pela mudança na política energética da UE, com vistas a reduzir as importações de gás e óleo russos em favor de empresas estadunidenses) e o complexo monetário-financeiro (via empréstimos em dólar e controle financeiro do mercado de capitais na Europa).

Além dessas vantagens econômicas imediatas sinalizadas por Hudson (2022), no plano estrutural ou da “grande estratégia”, observa-se que a reação russa serviu como um excelente instrumento indutor, mesmo que parcial, ao desacoplamento geoeconômico entre Europa e Ásia. A emulação da guerra permitiu um ambiente psicossocial de aceitação internacional ao choque de sanções contra a Rússia, sobretudo entre os governos e as populações de países diretamente prejudicados por elas, leia-se, países europeus. A política de sanções, por mais permeável que seja, pelas formas indiretas de comércio, impactou fortemente a articulação infraestrutural, comercial e produtiva entre Rússia e Europa, cujo intercâmbio comercial de bens movimentava 257,5 bilhões de euros em 2021, segundo a Comissão Europeia (European Commission, 2024b). Por fim, a explosão dos gasodutos Nord Stream consolidou o quase total encerramento da entrega de gás barato às indústrias alemãs e o processo inflacionário em toda União Europeia, favorecendo a realocização de capitais produtivos europeus, que em boa medida migraram para o território estadunidense. Segundo a reportagem do *The Wall Street Journal*, de 21 de setembro de 2022, é noticiado que empresas europeias estão ampliando e transferindo capitais produtivos para os EUA: a empresa química OCI, com sede em Amsterdã, anunciou a ampliação de sua fábrica no Texas e a redução de sua produção na Europa; a joalheria dinamarquesa Pandora e a fabricante alemã de veículos Volkswagen anunciaram aumento de suas instalações nos EUA; a siderúrgica ArcelorMittal, com sede em Luxemburgo, anunciou o corte de duas fábricas alemãs e ampliou investimentos no Texas; a empresa Tesla suspendeu os planos de produzir células de bateria na Alemanha e buscará redirecionar os investimentos aos EUA, aproveitando incentivos fiscais (IRA, *Inflation Reduction Act*) (Uberti, 2022).

O Instituto Econômico Alemão (IW – *Institut der Deutschen Wirtschaft*), em junho de 2023, publicou um estudo baseado nos fluxos de investimentos

diretos na economia alemã em 2022. Os resultados são expressivos: a retirada de capitais totalizou 132 bilhões de dólares de déficit na comparação entre o que foi investido por empresas estrangeiras no país e o que foi investido por empresas alemãs no estrangeiro (Rusche, 2023). A mais recente divulgação sobre a atividade industrial holandesa feita pelo CBS (Instituto Central de Estatísticas/*Central Bureau voor de Statistiek*) revela uma contínua queda do volume da produção média diária em 2023 comparada ao ano anterior. O PMI Industrial (*Purchasing Manager's Index*) da Zona do Euro tem apresentado forte queda desde janeiro de 2023, indicando contração da atividade industrial, e, mais recentemente, o PMI Composto dos meses de junho e julho de 2023 também apresentou queda, indicando uma desaceleração do setor de serviços (S&P Global, 2023).

Por conseguinte, a evolução da guerra e a política de sanções ocidentais propiciaram não apenas um impulso a favor do desacoplamento euroasiático, mas também forjaram a desestruturação da seguridade energética da União Europeia e de suas vantagens e condições locais de produção, fragilizando-a face à competição mundializada pelo capital circulante. Vale ressaltar que a disputa comercial e produtiva entre EUA e União Europeia já era objeto de tensão nos fóruns internacionais que tinham por objetivo estabelecer acordos econômicos entre as partes. Desde 2013, a partir do governo Obama, já se discutia a criação do Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (*Transatlantic Trade and Investment Partnership - TTIP*). Uma tipologia de acordo de livre-comércio entre União Europeia e Estados Unidos, que nunca se efetivou oficialmente em razão das discordâncias sobre o impacto do acordo na manutenção das indústrias e dos empregos sediados em ambas as regiões.

A orientação da política de comércio exterior mudou drasticamente a partir do governo Trump, com o esmorecimento das negociações do TTIP, e a retirada unilateral dos EUA da Parceria Trans-Pacífica (*Trans-Pacific Partnership - TPP*), em 2017. A Parceria Trans-Pacífica foi efetivada entre 2015 e 2016, envolvia Estados Unidos, Chile, Nova Zelândia, Brunei, Singapura, Austrália, Canadá, Japão, Malásia, México, Peru e Vietnã. Tal como o Acordo Transatlântico, a Parceria Transpacífica visava a eliminar barreiras comerciais e tributárias, reduzindo juridicamente as possibilidades de intervenção governamental dos Estados membros, beneficiando, entre

outros, as indústrias e os serviços alocados nos EUA. Ou seja, a elaboração de estratégias comerciais e geoeconômicas com o fito de contrapor a desindustrialização nacional estadunidense e assegurar regiões econômicas fortemente integradas e dependentes dos sistemas produtivos do país já vem sendo ensaiada, pelo menos, nos últimos 10 anos.

Todavia, o que antes era buscado via liberalização comercial e produtiva no campo diplomático e jurídico internacional se efetiva, agora, por métodos híbridos e extralegais, que envolvem a criação de instabilidades políticas regionais (tal como a guerra na Ucrânia ou os atritos no estreito de Taiwan), a vasta produção de sanções econômicas direcionadas às economias de Rússia, China, Irã e outros e também às empresas estadunidenses, europeias, sul-coreanas e japonesas que exportam produtos de vanguarda tecnológica para as economias sancionadas.

Ao passo que as medidas de Trump tenham criado um desvio em relação ao viés liberalista dos governos Obama no âmbito do comércio exterior, intensificando a guerra comercial com a China, acionando políticas protecionistas à indústria estadunidense e pautando uma política industrial de caráter “nacionalista”, tendo alcançado inclusive forte crescimento da produção industrial entre os anos de 2017 e 2018, o movimento de resgate não encontrou sustentação subsequente, verificando-se no mesmo período um aumento de 12,5% no déficit comercial com a China e um quadro de estagnação econômica e industrial em 2019.

A insuficiência das medidas protecionistas de Trump em relação ao comércio exterior demandou um resgate pujante das políticas macroeconômicas de teor keynesiano. Após o período pandêmico (Covid-19), sob a vigência do governo Biden, três relevantes projetos de lei foram aprovados pelo Congresso dos EUA: *Infrastructure Investment and Jobs Act*, *CHIPS and Science Act* e o *Inflation Reduction Act*. Eles constituem os maiores pacotes de investimento público desde o *New Deal*, abrangendo um total de 2,27 trilhões de dólares direcionados a subsidiar a reconstrução da infraestrutura no país e a impulsionar a produção e a pesquisa em energia renovável, semicondutores, microchips, inteligência artificial, computação quântica, biotecnologia, comunicação avançada etc.

O *CHIPS and Science Act* foi assinado por Joe Biden em 2 de agosto de 2022, garante o subsídio de 280 bilhões de dólares para incentivo à produção,

ao desenvolvimento e ao controle dos sistemas de CHIPS sediados em território estadunidense, com o fim de salvaguardar setores tecnológicos sensíveis e estratégicos à soberania nacional, como a produção de semicondutores, e estabelecer forte atuação em pesquisa e desenvolvimento. O *Inflation Reduction Act* (IRA) tem como um dos objetivos formais reduzir os efeitos inflacionários mediante a redução da emissão de dívida pública e o subsídio nos preços de medicamentos, e, simultaneamente, garantir forte investimento no desenvolvimento tecnológico de energia limpa e outros setores de importância ambiental e científica.

Segundo os dados apresentados pelo *U.S. Bureau of Economic Analysis* (BEA, 2024), a formação bruta de capital fixo no trimestre finalizado em julho de 2023 apresentou um crescimento de mais de 42 bilhões de dólares em comparação ao trimestre anterior, indicando uma reorientação da dinâmica econômica nos EUA. Simultaneamente, no período de janeiro a julho de 2023, comparado ao mesmo período de 2022, houve queda de 24,8% das exportações chinesas aos EUA (U.S. Census Bureau, 2023). As estimativas mais recentes de crescimento do PIB dos EUA, publicadas pelo *Center for Quantitative Economic Research*, do *Federal Reserve Bank of Atlanta*, indicam um crescimento de mais de 5% para o ano de 2023.

Em resumo, se os fatos possuem alguma concatenação intencional ou não, isto não é possível atestar. Contudo, é de veras funcional sua confluência no sentido de favorecer um processo de realavancagem industrial, científica, militar e tecnológica sediado nos EUA. Ou seja, em novembro de 2021, foi aprovado e autorizado o maior pacote de infraestrutura da história recente dos EUA (*Infrastructure Investment and Jobs Act*); em 24 de fevereiro de 2022, foi deflagrada oficialmente a invasão militar russa na Ucrânia após as negativas dos EUA em efetivar um pacto de segurança comum; nos dias 2 e 16 de agosto de 2022, foram sancionados os maiores pacotes de investimento público em ciência, pesquisa e desenvolvimento desde o New Deal (*CHIPS Act* e IRA); no dia 26 de setembro de 2022, foram explodidos os gasodutos Nord Stream, que entregavam gás barato à Europa; no dia 7 de outubro de 2022, o governo dos EUA impôs o mais forte pacote de sanções contra a China dos últimos 10 anos, impedindo que as indústrias de semicondutores e de fabricação de chips vendam equipamentos, peças e chips para o país asiático, impactando a cadeia global de produção dos

mesmos. Segundo o US Bureau of Industry and Security's Entity List, 59 empresas chinesas estão proibidas de receberem exportações oriundas dos EUA em razão de possuírem vínculos com a indústria militar chinesa (Fabry, 2022). No estudo "Geopolitical risk and decoupling: evidence from U.S. Export Controls", produzido pelo Federal Reserve Bank of New York (2024), apresentam-se os impactos econômicos sobre as empresas estadunidenses que atuavam como fornecedoras de tecnologia avançada – sobretudo maquinários de semicondutores e chips – para empresas chinesas. Segundo a pesquisa, desde outubro de 2022 até o final do ano de 2023, 92 empresas chinesas foram alvo de bloqueios de exportações, afetando 357 fornecedores estadunidenses, totalizando para essas perdas de 130 bilhões de dólares (Crosignani *et al.*, 2024, p. 2).

Além disso, a diplomacia estadunidense tem atuado ostensivamente na tentativa de coagir governos da Europa, do Japão e da Coreia do Sul no sentido de restringir que empresas do setor de fabricação de chips e semicondutores de última geração continuem exportando seus produtos para a China. O exemplo mais significativo é o caso da empresa holandesa ASML (Advanced Semiconductor Materials Lithography), a maior fornecedora mundial de maquinários litográficos necessários à fabricação de chips avançados, considerada a empresa de tecnologia mais valiosa da Europa. Após forte pressão dos EUA, o governo holandês estabeleceu normativas bloqueando a exportação de sistemas litográficos da ASML para a China, tendo efeito a partir de 1º de setembro de 2023. O bloqueio envolveu um conjunto de sistemas litográficos de ponta; todavia, alguns itens, serviços e peças ainda são exportados para a China para dar manutenção aos modelos avançados DUV (Deep Ultraviolet Lithography) já exportados ao país, embora os últimos modelos de ponta (EUV – Extreme Ultraviolet Lithography) jamais foram objeto de exportação. A tendência das normativas em curso é de restrição total da exportação de sistemas tecnológicos de fabricação de chips.

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, afirmou na Cúpula da União Europeia, em 24 de março de 2023 (Reuters, 2023), que a região necessita criar mecanismos de "redução de riscos" em relação à China, "rebalanciando" sua dependência econômica de importações chinesas, como de minerais raros e estratégicos (por exemplo, o lítio). Tal posicionamento, localizado no atual cenário de acirramento da rivalização sistêmica entre

EUA e China, soma-se ao fato de a Europa gradativamente intensificar sua condição de dependência à economia chinesa e ampliar anualmente seu déficit na balança comercial com o gigante asiático. Em 2016, a Europa alcançou um déficit comercial com a China no valor de 145 bilhões de euros. Em 2022, esse déficit subiu para 396 bilhões de euros, ao passo que, no mesmo intervalo, suas exportações para a China cresceram 50%. Atualmente, a China responde por 20% dos bens importados pela União Europeia e 9% dos bens exportados pela UE (European Commission, 2024a).

A União Europeia vê-se assim reduzida ao estatuto de zona tampão, como teatro da manobra americana na Eurásia, e de periferia cada vez mais dividida e explorada pelos Estados Unidos. Um cenário euro-atlanticista exclusivo, mas assimétrico e hierárquico em benefício dos Estados Unidos e não equilibrado segundo o ideal euro-atlantista, está assim a ser posto em prática. (Thomann, 2018, s.p.)

Não obstante, a hipótese de um desacoplamento com a China resultaria num choque econômico brutal à Europa, eliminando o terceiro maior mercado de suas exportações e seu principal fornecedor de importações (o dobro do que é fornecido pelos EUA). A falta de acesso a itens estratégicos fundamentais à indústria europeia, sobretudo no terreno dos minerais raros, tornaria as indústrias de carros elétricos e supercondutores extremamente prejudicadas (Demarais, 2022). Nesse sentido, é possível observar, como afirma Krpata (2022), que EUA, Europa e China estão cada vez mais focados em proteger suas cadeias de abastecimento e acesso a fontes de minerais raros.

Como consequência, o conjunto desses acontecimentos tem favorecido um processo parcial de desacoplamento geoeconômico do Ocidente em relação ao bloco russo-chinês, beneficiando a economia estadunidense mediante a criação de vantagens artificiais de mercado, dada sua perda de competitividade em relação à indústria e aos serviços chineses. Esse desacoplamento “pretendido” possui correspondência territorial com o anterior projeto geoeconômico do governo Obama, quando foram criados os dois grandes tratados de livre-comércio previamente mencionados (TPP e TTIP).

A “captura” do mercado europeu e de países aliados do indo-pacífico denota ser um dos objetivos geoestratégicos dos EUA face à ameaça de desindustrialização e da perda de competitividade industrial e técnico-científica. Além disso, faz-se mister salientar a posição geoestratégica que

tais regiões assumem enquanto “*Rimland*” de contenção territorial ao bloco russo-chinês e de demarcação dos espaços de influência sobre rotas comerciais e recursos estratégicos, como já foi amplamente descrito e endossado pelos autores da Geopolítica Clássica (Mahan, 1897; Mackinder, 2011; Spykman, 1944).

5 DESACOPLAMENTO GEOECONÔMICO: NOVO PARADIGMA GLOBAL?

A lógica de localização da acumulação de capital tem como essência a busca global por maiores taxas de rentabilidade em condições de baixo custo de produção e reduzido risco de investimento. Nesse sentido, a mobilidade geográfica do capital possui, à primeira vista, uma lógica autorreferente estritamente vinculada à realização de taxas de lucro extraordinárias em contextos regionais que apresentam vantagens comparativas (Arrighi, 1996; Harvey, 2004). Isso explica, em certa medida, a forte migração de capitais produtivos ocidentais rumo à Ásia a partir da década de 80 em diante. A migração de capitais produtivos para a periferia mundial não é um fato novo, o que se coloca como elemento “transformador” seria muito mais o planejamento estratégico chinês em articulação com os capitais estrangeiros, capacitando a China a alcançar novos patamares de complexidade produtiva e a criação de economias de escala e de escopo extremamente competitivas e em parte de domínio estatal.

Além disso, Braudel (1987) e Arrighi (1996) são enfáticos em sinalizar que a natureza da acumulação se demonstrou historicamente volátil, eclética e flexível, com progressivo aumento de sua mobilidade geográfica via financeirização e busca por novos horizontes de rentabilidade. As condições fabricadas para se permitir a reestruturação do capitalismo fordista em direção ao regime de acumulação flexível de governança neoliberal permitiram que as exportações de excedentes do capitalismo central migrassem com mais facilidade para regiões onde o custo de produção é mais barato. A realocação dos excedentes na forma de capitais produtivos em países do Sul Global encontrou condições de produção excepcionais na China. Entre as décadas de 1990, 2000 e 2010, dezenas de milhares de empresas estrangeiras ocidentais sediaram suas operações no país.

Considerando o desenvolvimento chinês nesse período e a fundamental participação do Estado na construção do que se designou como “Nova Economia do Projeto” (Jabbour *et al.*, 2020), a China passa a ser a maior economia mundial em termos de PIB PPP (Paridade de Poder de Compra). Segundo Piketty (2025), a “medida mostra igualmente que o PIB da China ultrapassou o dos Estados Unidos em 2016. Atualmente, é mais de 30% superior e atingirá o dobro do PIB dos EUA em 2035”.

Em contrapartida, os sintomas da desindustrialização e da perda do dinamismo da economia estadunidense começam a se manifestar mais nitidamente a partir da crise financeira de 2008. Segundo Fiori (2020, p. 53), “a economia americana se manteve em um patamar de crescimento inferior a suas taxas históricas, e muitos economistas já haviam diagnosticado uma “estagnação secular”, agravada pelas quedas da “taxa de inovação” e da velocidade do “aumento da produtividade” da economia americana”. Além disso, o autor afirma que tais condições ampliaram o descontentamento social via aumento do desemprego industrial, queda da massa salarial e crescimento exponencial da concentração de riqueza e desigualdade social (Fiori, 2020, p. 53).

Nesse sentido, as mudanças na política exterior levadas à efeito no primeiro governo de Donald Trump (2017-2021) e a pandemia de Covid-19 revelaram a fragilidade que o processo de desindustrialização provocou nos Estados Unidos em termos de dependência externa e perda das aptidões e habilidades técnico-industriais, que são vitais ao processo de inovação produtiva. A internalização dessa debilidade produtiva e estratégica dos EUA a partir de então passa finalmente a ser considerada no planejamento e na prática geoestratégica do país.

A busca por uma reindustrialização que recapacite o país a disputar a chamada “quarta revolução industrial” ou “indústria 4.0” emerge com mais vigor mediante os investimentos públicos impulsionados a partir 2022. Entretanto, essa reação tardia dos EUA carece de infraestruturas, logística, condições laborais e cadeias de suprimentos imediatas e na escala adequada capazes de oferecer condições locais superiores às oferecidas pelo Estado chinês. Caso contrário, a desejada repatriação da atividade industrial ocorreria espontaneamente, o que, evidentemente, não é o caso.

A resposta das oligarquias estadunidenses em relação à desvantagem majoritária de suas forças produtivas nacionais (públicas e privadas), se

comparadas às existentes na China, converge necessariamente para o protecionismo, para o controle de fluxos de capitais e, sobretudo, à prática geopolítica como último recurso capaz de produzir efeitos exógenos de coerção e combate a determinadas dinâmicas geoeconômicas que já não podem mais ser defenestradas mercadologicamente, ou seja, pela competição baseada na livre concorrência de preços.

Por outro lado, a tentativa em relocar capitais produtivos nos EUA (*re-shoring*) esbarra em adversidades estruturais em termos de custo de produção, resultando em prejuízos à lucratividade dos investimentos de capital ocidental sediados em *clusters* industriais chineses e asiáticos. Somam-se, também, os custos expressivos na relocação de plantas industriais e aparatos logísticos e uma temporalidade não tão ágil na execução dessa repatriação industrial de modo que seja minimamente congruente à velocidade do desenvolvimento das forças produtivas chinesas.

Desse modo, a reestruturação geoeconômica almejada pelos EUA só poderia se tornar realidade mediante a coerção do Estado sobre a dinâmica transnacional da acumulação de capital. Observa-se a intensificação da guerra comercial pelo aumento das tarifas sobre importações, a imposição do controle seletivo sobre exportações de tecnologias sofisticadas (*export control*), a ampliação de países sancionados internacionalmente e o aumento das tensões e hostilidades em diferentes contextos regionais. Todas essas dinâmicas se originaram em iniciativas da política exterior estadunidense a partir de 2017, e, no caso ucraniano, a partir de 2014. São observadas, também, reações do Estado chinês no sentido de estabelecer tributação sobre importações estadunidenses e a proibição de exportação de minerais raros (gálio, germânio e antimônio), cuja exportação é vastamente controlada pela China.

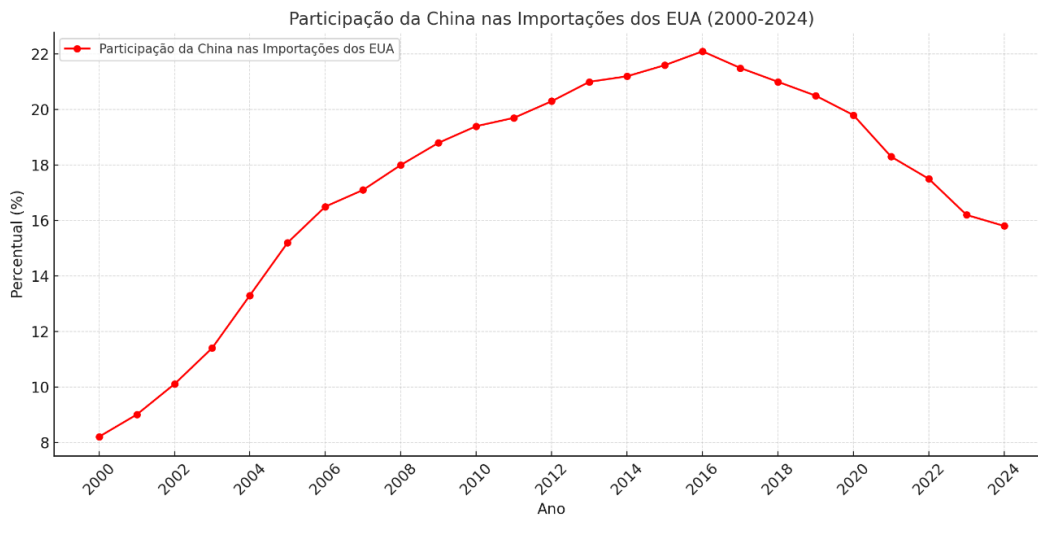
A possibilidade de ampliação dos confrontos militares na Europa, no Oriente Médio e no Pacífico Ocidental tem aumentado as incertezas e a insegurança quanto à alocação dos investimentos de capital *off-shore*. Esse “risco geopolítico” tem atuado como um fator cada vez mais relevante na definição locacional das empresas e complexos industriais, e, sobretudo, na construção de narrativas, políticas institucionais e incentivos na promoção de uma nova reconfiguração geoeconômica mundial (Maihold, 2022; Yeung, 2023; Kalvelage; Tups, 2024).

Desde então, observa-se a multiplicação de terminologias de língua inglesa – *re-shoring*, *near-shoring*, *friend-shoring*, *decoupling*, *deglobalization*, *geo-economic fragmentation (GEF)* – que buscam de modo geral caracterizar esse novo paradigma geoeconômico emergente que se fundamenta na crise de hegemonia dos EUA e, sobretudo, na mudança de sua política exterior e comercial em relação ao bloco russo-chinês-iraniano.

Embora a intencionalidade em reindustrializar e repatriar atividades econômicas tenha sido enunciada reiteradas vezes ao longo dos governos de Donald Trump e Joe Biden, a realização de tal reestruturação geoeconômica ainda está em sua fase introdutória. Isso se deve não só porque tal estratégia é relativamente recente – isto é, a partir de 2017 –, mas também pela própria natureza do objeto que se busca arbitrar e relocalizar: a configuração espacial das cadeias de produção das multinacionais estadunidenses e europeias sediadas na China ou dependentes de suprimentos chineses.

Tais sistemas ou redes globais de produção vêm sendo forjados há décadas em torno da economia chinesa, com um volume de produção crescente. Para se ter uma ideia, apenas em 2023, a China recebeu 158,6 bilhões em IEDs (investimentos estrangeiros diretos) (MOFCOM, 2024), sendo a maior parte de origem ocidental, se utilizando de Hong Kong como ponte financeira. Nesse sentido, a paulatina migração de capitais produtivos do Ocidente para a China e a consolidação de redes de produção sediadas tanto no país quanto em seus vizinhos envolvem longos e complexos vínculos de interdependência nas cadeias de suprimentos de bens industrializados. Desse modo, a coação estatal sobre os fluxos de investimento e a tentativa de relocalização de capitais produtivos para os EUA ou países aliados não configuram um objetivo de rápida ou fácil execução (Maihold, 2022).

FIGURA 1 Participação relativa da China nas importações dos EUA



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do U.S. Census Bureau e do Bureau of Economic Analysis (BEA, 2024).

Apesar da atuação de políticas de tributação sobre importações chinesas, de controle de exportações de tecnologias críticas e de sanções impostas a determinadas empresas chinesas, o desacoplamento tem se demonstrado mais complexo em razão das múltiplas relações de interdependência econômica entre os países mais industrializados.

Podemos observar, a partir da Figura 1, que a participação das importações chinesas tem ocupado um percentual menor em relação às importações totais dos EUA a partir de 2016/2017. Entretanto, em termos absolutos, as importações da China, em relação ao EUA, atingiram um pico recorde nominal, em 2022, de 536,8 bilhões de dólares (BEA, 2025). Em 2018, a China representava cerca de 19,6% das importações totais dos EUA. Já em 2022, essa participação caiu para 16,8%, refletindo um deslocamento relativo no peso das importações chinesas em comparação às provenientes de outros países. A conclusão é de que o volume total de importações estadunidenses aumentou nos últimos anos, o que resultou numa redução percentual da participação chinesa, mas, em termos absolutos, as importações oriundas da China continuaram a crescer até 2022.

Segundo Freund *et al.* (2023, p. 128-129), a redução da participação chinesa no total de importações dos EUA, entre 2017 e 2022, ocorreu sobretudo nos

bens sujeitos à sobretaxação imposta pela política exterior dos EUA. No período analisado, os autores observaram uma queda de 12,5% nos bens sobretaxados, redução substantiva que foi compensada pelo aumento das importações provenientes de outros países, especialmente Vietnã, Taiwan, Canadá, México, Índia e Coreia do Sul. Além disso, os dados primários analisados pelos autores demonstram que os países que substituíram a China nas importações estadunidenses obtiveram aumento de suas transações com a própria China, ou seja, os dados sugerem que o aumento das exportações dos respectivos países para os EUA depende, em larga medida, da importação de suprimentos produzidos em território chinês.

A partir disso, pode-se colocar em questão se o desacoplamento geoeconômico pretendido pelos governos estadunidenses de Donald Trump e Joe Biden está de fato reduzindo a dependência dos EUA em relação à produção industrial sediada na China. Todavia, os prognósticos sugerem que a pressão institucional se manterá ativa nessa direção, com a expectativa de que, entre 2022 e 2027, cerca de 26% das exportações globais possam ser realocadas (Maihold, 2022, p. 2).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste primeiro quartel do século XXI, a configuração espacial da acumulação capitalista em escala global tem se reestruturado a partir do deslocamento de capitais produtivos para a Ásia em busca de maiores taxas de rentabilidade. A contraparte dessa tendência significou uma forte desindustrialização do Ocidente, fragilizando as condições materiais que garantiam a manutenção de sua hegemonia. A lógica territorial do Estado e a reprodução das oligarquias nacionais a ele vinculadas encontram-se diante do desafio de estabelecer coerções à dinâmica autorreferente dos capitais empresariais, com vistas a recuperar os investimentos produtivos em território nacional. Diante da incapacidade de competir com os preços das exportações chinesas, Estados Unidos e Europa têm se direcionado a uma postura de ruptura com os preceitos de livre-mercado que historicamente evocaram. Como essa reorientação político-econômica tem como centro organizador e beneficiário as oligarquias estadunidenses, a posição da Europa na geoestratégia dos EUA se revela subalterna, suportando o ônus de ser instrumentalizada como “zona tampão”

e *front* de desgaste no conflito com a Rússia (Thomann, 2018), além de ver seus capitais produtivos coagidos a se realizarem.

Por isso, alinhamos nossa perspectiva à de autores como Fabry (2022), Riecke (2020) e Aiyar *et al.* (2023), que discutem a possibilidade de um desacoplamento geoeconômico entre o Ocidente e o bloco russo-chinês induzido por força política e diplomática. A diferença, no caso do presente estudo, reside em demonstrar que a via militar indireta também está sendo acionada, mediante a guerra na Ucrânia, e calibrada para servir como fonte “permanente” de atrito e instabilidade, legitimando psicossocialmente a continuidade das sanções comerciais e, principalmente, favorecendo a neutralização da articulação infraestrutural euroasiática a partir da antagonização entre Alemanha e Rússia.

Nesse sentido, a perpetuação da guerra se torna taticamente interessante para a geoestratégia estadunidense, o que se evidencia não apenas pelas comprovadas investidas em impedir acordos de paz entre Rússia e Ucrânia (Fiori, 2023), mas também pela política de transferência de armamentos à Ucrânia, implementada anos antes do início da guerra (U.S. Department of State, 2023), pela interferência na política doméstica do país, fomentando o golpe de Estado de 2014 (Plekhanov, 2015; Pereira, 2014; Fernandes, 2022), e, sobretudo, pelo contínuo boicote às negociações com a Rússia voltadas ao estabelecimento de uma arquitetura de segurança comum na Europa (Carmona, 2022; Thomann, 2018).

Essa dinâmica geoestratégica visa a estabelecer a partilha territorial do espaço internacional em disputa, definindo a hegemonia estadunidense sobre recortes espaciais do globo, com vistas a consolidar suas cadeias de abastecimento em relação a recursos estratégicos e garantir o controle e o acesso a mercados de consumo (desacoplamento geoeconômico). Além disso, trata-se de reordenar os circuitos globais de produção e consumo mediante redes industriais e tecnológicas politicamente articuladas e exclusivas (“*friendshoring*”) (Maihold, 2022; Kalvelage; Tups, 2024). Isso já se constata na “guerra dos Chips” (Monan, 2022) e tende a se intensificar em outros segmentos produtivos como nos setores automotivo, aeroespacial, sistemas de informação e telecomunicação, computação avançada, engenharia genética, agricultura industrial, entre outros.

Nesse caso, a nova geografia econômica derivada do contexto de rivalização sistêmica caminha para uma configuração tendencialmente fragmentária em escala global, com novos arranjos regionais seletivos e forte intervenção estatal. Esse quadro, ainda transitório e instável, tende a se recrudescer caso novas frentes de conflito potencial sejam acionadas (Taiwan e Oriente Médio), impulsionando a política externa estadunidense a atuar de forma mais incisiva sobre os eixos de conexão da economia mundial, sobretudo aqueles dependentes de circulação naval, uma vez que 80% do comércio internacional se efetiva por transporte marítimo (ONU, 2021). Essa estratégia já se manifesta pela forte presença militar dos EUA no “*Rimland*” euroasiático (Mar Mediterrâneo, Golfo Pérsico, Mar Árabe, Golfo de Bengala, Oceano Índico, Sudeste Asiático, Mar do Sul da China, Pacífico Ocidental etc.), servindo como potencial ameaça à integração geoeconômica da Eurásia com o resto do mundo.

REFERÊNCIAS

- AIYAR, Shekhar *et al.* *Geoeconomic Fragmentation and the future of multilateralism*: staff discussion note. Washington: FMI, 2023.
- ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BOESE, Wade. *U.S.: withdraws from ABM Treaty; global response muted*. Washington, DC: Arms Control Association, 2002. Disponível em: <https://www.armscontrol.org/act/2002-07/news/us-withdraws-abm-treaty-global-response-muted>. Acesso em: 12 nov. 2022.
- BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.
- BRZEZINSKI, Zbigniew. *The grand chessboard: american primacy and its geostrategic imperatives*. New York: Basic Books, 2016.

- BURNS, Willian. *Nyet means Nyet: Russia's NATO enlargement redlines*. Estocolmo: Wikileaks, 2008. Disponível em: https://wikileaks.org/plusd/cables/08MOSCOW265_a.html. Acesso em: 17 jul. 2022.
- CALLINICOS, Alex. Ucrânia: a nova face do imperialismo. *Margem Esquerda: Revista da Boitempo*, n. 39, 2. sem. 2022.
- CARMONA, Ronaldo. A guerra na Ucrânia: uma análise geopolítica. *CEBRI-Revista*, ano 1, n° 3, jul./set. 2022.
- CENTER FOR QUANTITATIVE ECONOMIC RESEARCH. *GDPNow*. Federal Reserve Bank of Atlanta. Disponível em: <https://www.atlantafed.org/cqer/research/gdpnow>. Acesso em: 20 out. 2023.
- COHN, Jacob *et al.* *Leveling the playing field: reintroducing U.S. theater-range missiles in a post-INF world*. CSBA, Center for Strategic and Budgetary Assessments, 2019.
- CROSIGNANI, Matteo; HAN, Lina; MACCHIAVELLI, Marco; SILVA, André F. *Securing Technological Leadership? The Cost of Export Controls on Firms*. Federal Reserve Bank of New York Staff Reports, n. 1096, abril 2024. Disponível em: https://www.newyorkfed.org/medialibrary/media/research/staff_reports/sr1096.pdf. Acesso em: 12 out. 2023.
- DEMARAIS, Agathe. *Backfire: how sanctions reshape the world Against U.S. interests*. New York: Columbia University Press, 2022.
- DOBBINS, James *et al.* *Extending Russia: competing from advantageous ground*. Santa Monica: RAND Corporation, 2019.
- EUROPEAN COMMISSION. *China: EU trade relations with China: facts, figures and latest developments, 2024a*. Disponível em: https://policy.trade.ec.europa.eu/eu-trade-relationships-country-and-region/countries-and-regions/china_en. Acesso em: 12 ago. 2023.

- EUROPEAN COMMISSION. *Russia*: EU trade relations with Russia: facts, figures and latest developments, 2024b. Disponível em: https://policy.trade.ec.europa.eu/eu-trade-relationships-country-and-region/countries-and-regions/russia_en. Acesso em: 22 mar. 2023.
- FABRY, Elvire. Building strategic autonomy of Europe while global decoupling trends accelerate. *CES Discussion Paper*, n. 9, dez. 2022.
- FEDERAL RESERVE BANK OF NEW YORK. *Securing Technological Leadership?: The Cost of Export Controls on Firms*. Staff Report n. 1096, abril 2024. Disponível em: https://www.newyorkfed.org/medialibrary/media/research/staff_reports/sr1096.pdf. Acesso em: 12 out. 2023.
- FERNANDES, Roberto Mauro da Silva. A guerra híbrida no século XXI: o caso da Ucrânia em 2013/14. *Revista de Geopolítica*, v. 13, n. 4, p. 1-18, out./dez. 2022.
- FIORI, José Luis. *Um ano depois*: EUA dobram sua aposta, mas Rússia já ganhou o que queria. São Leopoldo-RS: Instituto Humanitas Unisinos, 2023. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/626424-um-ano-depois-eua-dobram-sua-aposta-mas-russia-ja-ganhou-o-que-queria-artigo-de-jose-luis-fiori>. Acesso em: 26 fev. 2023.
- FIORI, José Luís. A síndrome de Babel e a disputa do poder global. Petrópolis-RJ: Vozes, 2020.
- FREUND, Caroline *et al.* US-China decoupling: rhetoric and reality. In: AIYAR, S., PRESBITERO, A. F., RUTA, M. (org.) *Geoeconomic fragmentation: the economic risks from a fractured world economy*. Paris: Centre for Economic Policy Research/FMI, 2023.
- KRPATA, Marie. The European Union Industrial Strategy: Reconciling Competition and Geoeconomic Challenges. *Notes du Cerfa*, No. 172, Ifri, October 2022.

- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- HUDSON, Michael. America shoots its own dollar empire in economic attack on Russia. *Monthly Review*, New York, NY, 8 mar. 2022. Disponível em: <https://mronline.org/2022/03/08/america-shoots-its-own-dollar-empire-in-economic-attack-on-russia/>. Acesso em: 25 mar. 2022.
- KALVELAGE, Linus; TUPS, Gideon. Friendshoring in global production networks: state-orchestrated coupling amid geopolitical uncertainty. *ZFW: Advances in Economic Geography*, n. 68, p. 3-4, p. 151-166, 2024.
- JABBOUR, Elias *et al.* A (nova) economia do projeto: o conceito e suas novas determinações na China de hoje. *Revista Geosul*, Florianópolis, v. 35, n. 77, p. 17-48, dez. 2020.
- MACKINDER, Halford. O pivô geográfico da história. *GEOUSP - Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 29, p. 87-100, 2011.
- MAHAN, Alfred. *The influence of sea power upon history: 1660-1783*. London: Sampson Low, Marston & Company, 1897.
- MAIHOLD, Günther. A new geopolitics of supply chains: the rise of friendshoring. *SWP Comment*, Berlin, n. 45, jul. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.18449/2022C45>. Acesso em: 14 jul. 2023.
- MERKEL, Angela. Hatten Sie gedacht, ich komme mit Pferdeschwanz?. *Die Zeit*, 7 dez. 2022. Disponível em: <https://www.zeit.de/2022/51/angela-merkel-russland-fluechtlingskrise-bundeskanzler/seite-3>. Acesso em: 15 jan. 2023.
- MOFCOM (MINISTRY OF COMMERCE OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA). *Statistical Bulletin of FDI in China 2024*. Department of Foreign Investment Administration of the Ministry of Commerce, 2024.

MONAN, Zhang. U.S. Chips Strategy, Global Fragmentation. *China-US Focus*, 11 out. 2022. Disponível em: <https://www.chinausfocus.com/finance-economy/us-chip-strategy-global-fragmentation>. Acesso em: 14 jul. 2023.

MUELLER, Karl *et al.* *Striking first: preemptive and preventive attack in U.S. national security policy*. Santa Monica: RAND Corporation, 2006.

PEREIRA, C. Ucrânia: crônica de uma crise anunciada. *Revista de Ciências Militares*, v. 2, n. 2, p. 337-359, 2014.

PLEKHANOV, S. Assisted suicide: internal and external causes of the Ukrainian crisis. In: BLACK, Joseph; JOHNS, Michael. *The return of the cold war: Ukraine, the West and Russia*. Nova York: Routledge, 2015.

PIKETTY, Thomas. *Trump fala alto, mas está em apuros*. São Leopoldo-RS: Instituto Humanitas Unisinos, 2025. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/648714-trump-fala-alto-mas-esta-em-apuros-artigo-de-thomas-piketty> Acesso em: 18 de mar. 2025.

PROUVOST, Theo. Hollande: “There will only be a way out of the conflict when Russia fails on the ground”. *Kyiv Independent*, 28 dez. 2022. Disponível em: <https://kyivindependent.com/hollande-there-will-only-be-a-way-out-of-the-conflict-when-russia-fails-on-the-ground/>. Acesso em: 18 abr. 2024.

RAND CORPORATION. *Annual Report 2023*. Santa Monica: RAND Corporation, 2023. Disponível em: https://www.rand.org/pubs/corporate_pubs/CPA1065-4.html?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 12 abr. 2024.

RIECKE, Torsten. *Resilience and decoupling in the era of great power competition*. Merics: Mercator Institute for China Studies, 2020.

ROBERTS, Geoffrey. “Now or never”: The immediate origins of Putin’s preventative war on Ukraine. *Journal of Military and Strategic Studies*, v. 22, n. 2, p. 3-27, dez. 2022.

- RODRIGUES, Bernardo S. New Geopolitics of containment: the US geopolitical strategy in the second decade of the 21st century. *Revista de Estudos Internacionais*, v. 14, n. 2, 2023.
- RUSCHE, Christian. *Deindustrialisierung: eine Analyse auf basis von direktinstitutionen*. IW (Institut der Deutschen Wirtschaft), Kurzbericht 43, 2023. Disponível em: https://www.iwkoeln.de/fileadmin/user_upload/Studien/Kurzberichte/PDF/2023/IW-Kurzbericht_2023-Deindustrialisierung-Direktinvestitionen.pdf Acesso em: 12 de dez. 2024.
- SANTACROCE, Andrew E. The pen, the shield, or the sword?: How the United States wins the hypersonic arms race. 2023. Thesis (Master of Arts in Security Studies) – Naval Postgraduate School, Monterey, California, mar. 2023.
- S&P GLOBAL. *HCOB Flash Eurozone PMI*. Nova Iorque, NY: S&P Global, 3 jul. 2023. Disponível em: <https://www.pmi.spglobal.com/Public/Home/PressRelease/503ec7d1cabb49db8cd8eb10adf4d454>. Acesso em: 13 ago. 2023.
- SPYKMAN, Nicholas John. *The geography of the peace*. New York: Harcourt, Brace and Company, 1944.
- UBERTI, David. High natural-gas prices push european manufacturers to shift to the U.S. *The Wall Street Journal*, Nova Iorque, 21 set. 2022. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/high-natural-gas-prices-push-european-manufacturers-to-shift-to-the-u-s-11663707594>. Acesso em: 8 out. 2022.
- THOMANN, Pierre-Emmanuel. Stratégie géopolitique des États-Unis en Eurasie et Rimland européen. *Eurocontinent: Enjeux géopolitiques européens et mondiaux*, 22 dez. 2018. Disponível em: <https://www.eurocontinent.eu/strategie-geopolitique-des-etats-unis-en-eurasie-et-rimland-europeen/>. Acesso em: 17 abr. 2022.
- UNITED NATIONS (ONU). *Review of maritime transport 2021*. New York: United Nations Publications, 2021.

U.S. BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS (BEA). *U.S. International Trade in Goods and Services Report*. 2024. Disponível em: <https://www.bea.gov/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

U.S. BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS (BEA). *U.S. Trade in Goods and Services, 1960-present*. 2025. Disponível em: <https://www.bea.gov/data/intl-trade-investment/international-trade-goods-and-services>. Acesso em: 10 jan. 2025.

U.S. CENSUS BUREAU. *Trade in goods with China*. Suitland, MD: U.S. Census Bureau, ago. 2023. Disponível em: <https://www.census.gov/foreign-trade/balance/c5700.html>. Acesso em: 16 ago. 2023.

U.S. CHAMBER OF COMMERCE. *Understanding U.S.-China decoupling: macro trends and industry impacts*. U.S. Chamber of Commerce, 2021.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. U.S. Security Cooperation with Ukraine. Fact Sheet. *Bureau of Political-Military Affairs*, 7 jul. 2023. Disponível em: <https://www.state.gov/u-s-security-cooperation-with-ukraine/>. Acesso em: 9 mar. 2022.

YEUNG, Henry Wai-chung. Troubling economic geography: New directions in the post- pandemic world. *Transactions of the Institute of British Geographers*, n. 48, p. 672-680, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/tran.12633>. Acesso em: 10 dez. 2024.